

Metateoria historiográfica: a escrita da história das ideias. Enfoques teóricos e metodológicos

Historiographic metatheory: the writing of the history of ideas. Theoretical and methodological approaches

Metateoría historiográfica: escribiendo la historia de las ideas. Enfoques teóricos y metodológicos

Giovana Eloá Mantovani Mulza*
gio_mantovani@hotmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-5911-9370>

RESUMO: Com base em A. Lovejoy, J. G. Pocock e Quentin Skinner, consideramos que a História das Ideias constitui um campo de estudo consolidado, adquirindo um espaço cada vez mais significativo na historiografia brasileira. Embora consolidado, ela não permanece isenta de antagonismos e disputas. Este trabalho adentra nas discussões teórico-metodológicas sobre a escrita da História das Ideias, realizando um levantamento bibliográfico acerca de suas principais correntes. Também discorre sobre a escrita da História das Ideias no Brasil, rememorando estudiosos como Nelson Nogueira Saldanha, José Murilo de Carvalho e Francisco Falcon.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia, Ideários, Arcabouço epistemológico, Discussão Bibliográfica.

ABSTRACT: Based on A. Lovejoy, J. G. Pocock and Quentin Skinner, we consider that the History of Ideas constitutes a consolidated field of study, acquiring an increasingly significant space in Brazilian historiography. Although consolidated, it does not remain free from antagonisms and disputes. This work enters into theoretical-methodological discussions about the writing of the History of Ideas, carrying out a bibliographic survey about its main currents. It also discusses the writing of the History of Ideas in Brazil, recalling scholars such as Nelson Nogueira Saldanha, José Murilo de Carvalho and Francisco Falcon.

KEYWORDS: Historiography, Ideas, Epistemological framework, Bibliographic Discussion.

Entre as razões que ao cepticismo brindam sempre novo alimento uma das mais eficazes é a anarquia dos sistemas filosóficos. Entre a consciência histórica da sua multiplicidade ilimitada e a pretensão de cada um à validade universal existe uma contradição que corrobora o espírito céptico com muito mais força do que qualquer demonstração sistemática. Atrás de nós, ilimitada e caótica, encontra-se a multiplicidade dos sistemas filosóficos e estende-se à nossa volta. Em

* Cursa o Mestrado em História Política pela Universidade Estadual de Maringá.

todas as épocas, desde que existem, excluíram-se e entre si se combateram e não se divisa esperança alguma de entre eles se poder chegar a uma decisão. (DILTHEY, 1992, p. 05-06)

Introdução

Nada mais coerente do que iniciar uma discussão acerca da História das Ideias através de uma célebre colocação do filósofo e historiador germânico Wilhelm Dilthey (1833-1911), frequentemente considerado o “pai moderno” desse campo historiográfico (BAUMER, 1990). Neste trabalho de revisão bibliográfica, não nos convém empreender a busca pelo precursor da História das Ideias, mas expor a pluralidade de tendências teóricas e epistemológicas que a permeara no decorrer do século XX. Em obra consagrada – “Os Tipos de Concepção de Mundo” (1919) –, Dilthey (1992) buscou desvendar as razões da multiplicidade de ideias e paradigmas que emergiram no passado, concluindo que cada modelo possuiu uma predisposição a querer uma validade universal (DILTHEY, 1992). Embora seus estudos tenham sido direcionados aos sistemas filosóficos anteriores ao século XX, poderíamos estender suas observações para o cenário que marca o campo da História das Ideias: assim como existiram diversos sistemas teórico-filosóficos, diversas teorias tentaram fornecer uma “chave de leitura” para a História das Ideias. Para ambos os casos, um espírito crítico e cético emerge no pesquisador que adentra em tal pluralidade (DILTHEY, 1992, p. 05-06).

Com base nessas premissas, o presente trabalho tem como objetivo suscitar as principais teorias e metodologias que buscaram fundamentar a escrita da História das Ideias no século XX. Buscaremos alcançar esse objetivo através de uma discussão bibliográfica com autores da área política e cultural, cuja seleção ocorreu com base na relevância que seus textos desempenharam para a consolidação do campo. Convém analisarmos a História das Ideias enquanto um campo consolidado na atualidade, competindo-nos adentrar na “caixa-preta” de sua Metateoria – como bem recomendou Bruno Latour (2000). Nesse trabalho, iremos empregar o conceito de “Metateoria” apresentado por Y. Marti-Lahera (2004), quem o define como um campo teórico que estuda as teorias. Segundo a autora, as teorias de qualquer domínio podem converter-se em um objeto de estudo da Metateoria. Nesse sentido, nosso intuito repousará em analisar a Metateoria da História das Ideias.

Na primeira parte do texto, buscaremos analisar as perspectivas teórico-metodológicas dos principais historiadores das Ideias do século XX, como A. Lovejoy (2000), Quentin Skinner (1996; 2000) e J. G. A. Pocock (2003). Em seguida, analisaremos brevemente

as expressões desse campo de estudo no Brasil, retomando autores como Nelson Nogueira Saldanha (2001), José Murilo de Carvalho (2000) e Francisco Falcon (1997).

Enfoques teórico-metodológicos da escrita da história das ideias

Considerando a escrita da História como uma narrativa¹, discussões recentes sobre o tema da “veracidade historiográfica” consideraram que a cientificidade da escrita da História procede do emprego de uma metodologia legitimada institucionalmente. Tais debates tornaram Michel de Certeau (1982 e 1998) em uma figura central no argumento de que a validade da escrita da História repousa na legitimidade conferida pelos pares. A noção de que o historiador necessita de uma instituição que formalize suas práticas, por sua vez, remete à ideia foucaultiana de que relações de poder permeiam todos os tipos de discurso – inclusive aqueles que tem como meta a neutralidade. Assim, “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

Submetida às relações de poder, a escrita da História não constitui em uma operação neutra, sendo influenciada pelo contexto de produção. Assim, “Todo texto está enraizado numa sociedade, num meio social e num movimento político.” (CHESNEAUX, 1995, p. 17). O discurso nunca permanecerá efetivamente isento da subjetividade do autor, apesar do contínuo compromisso com a neutralidade. A influência do contexto histórico sobre o estudioso implicou na existência de múltiplas visões sobre os mesmos eventos e na criação de diversos mecanismos teóricos para abordar o passado. Nesse sentido, a multiplicidade de interpretações de mundo observada por W. Dilthey ainda no começo do século XX também é reproduzida no próprio discurso historiográfico, no qual coexiste uma pluralidade de visões sobre o passado. São por essas influências contextuais que podemos compreender as razões pelas quais determinadas correntes de pensamento tornam-se mais influentes em determinados momentos que em outros, assim como porque certas tendências historiográficas predominaram entre os historiadores em

¹ Embora dedicado à história dos livros, Roger Chartier (2002) realizou uma colocação que torna-se aplicável aos historiadores de todos os campos: “Uma segunda razão, mais profunda, abalou as antigas certezas: a tomada de consciência dos historiadores de que seu discurso, seja qual for sua forma, é sempre uma narrativa. As reflexões pioneiras de Michel de Certeau, depois o grande livro de Paul Ricoeur e, mais recentemente, a aplicação à história de uma ‘poética do saber’, que tem por objeto, conforme a definição de Jacques Rancière, ‘o conjunto dos procedimentos literários pelos quais um discurso subtrai-se à literatura, estabelece para si um estatuto de ciência e o significa’, obrigam-nos, que quissem ou não, a reconhecer a pertença da história ao gênero da narrativa” (CHARTIER, 2002, p. 85).

dados contextos². A existência de diversas formas de abordar as ideias também acaba sendo justificada por esses argumentos.

A partir dessas colocações, podemos iniciar nossa discussão Metateórica acerca da escrita da História das Ideias, partindo da premissa de que ela também permanece subordinada ao contexto do historiador e às relações do poder institucional. Uma das expressões do poder institucional está na edificação de modelos cronológico – tal como o quadripartismo –, os quais compreendem convenções acadêmicas sobre a divisão do passado. Para o historiador das ideias A. Lovejoy (2000), contudo, o quadripartismo não permanece apto a atuar enquanto baliza para a História das Ideias. Publicando “Reflexiones sobre la historia de las ideas” originalmente no contexto inglês de 1940, Lovejoy tinha como intuito legitimar o estudo da História das Ideias no panorama historiográfico europeu, bem como propor caminhos epistemológicos para aquele campo que florescia no cenário de uma Europa abalada pela guerra e impactada pelo fascismo. Para ele, se deter às divisões cronológicas corroboradas pela academia viria a comprometer o estudo das ideias, visto que a análise das permanências se mostraria comprometida. Assim, embora a historiografia esteja dividida por razões práticas, o processo histórico que marca o nascimento e a divulgação das ideias não poderia se encaixar nessas divisões cronológicas.

Os processos da mente humana, no indivíduo ou no grupo, que se manifestam na história não correm por canais fechados correspondentes às divisões oficiais estabelecidas das faculdades universitárias; ainda quando esses processos, seus modos de expressão ou os objetos aos que se aplicam sejam logicamente discerníveis em tipos bastante distintos, estão em uma interação constante. E no mundo não há nada mais migratório que as ideias. (LOVEJOY, 2000, p. 128; tradução nossa)

Os decênios de 1930 e 1940 compreenderam uma revisão da escrita da História, em que a ascensão do fascismo na Europa suscitou a necessidade de uma reformulação nos métodos, objetos e objetivos. Ocorreria a quebra de paradigmas tradicionais e a tentativa de construir novas “chaves de leitura” para o passado. Justamente neste contexto insere-se a produção de Lovejoy (1863-1962), quando se tornou explícito que “[...] as ideias põem em movimento exército e homens, afetam, por vezes profundamente, as instituições, o direito, a prática administrativa, os sistemas de propriedade.” (BAUMER, 1990, p. 25). Passou-se a reconhecer o poder das ideias e das ideologias, pelas quais os indivíduos se lançavam à guerra e cometeriam genocídios que marcariam a memória do ocidente no decorrer das décadas seguintes. Assim, “A história das ideias estabeleceu-se firmemente, e mesmo de um modo

² Veja, por exemplo, as discussões de Francisco Falcon (1997) sobre as repercussões do nacionalismo do século XIX para o predomínio de uma leitura política do passado.

popular, no século XX. [...] agiu, sem dúvida, o clima político carregado dos anos de 1930 e 1940, em que as ideias embateram mais violentamente do que em qualquer outra época da história” (BAUMER, 1990, p. 19). Lovejoy (2000) buscou demonstrar a relevância da História das Ideias para compreender a realidade que se inaugurava com a Segunda Guerra Mundial.

Em “Reflexiones sobre la historia de las ideas” (2000), o autor defende a inevitabilidade do estudo das ideias para a compreensão do passado. A relevância das ideias se faria presente entre os historiadores dos mais variados campos, sobretudo em função do seu papel para compreender o contexto dos anos 1920 e 1930.

É inquestionável que a erudição histórica corre certo perigo com esta nova tendência. Trata-se de um perigo já insinuado, o de que estudiosos com uma sólida formação nos métodos e no amplo conhecimento da literatura de um campo limitado – ainda quando seja arbitrariamente limitado – demonstrem estar preparados de maneira inadequada para a exploração de outras esferas nas quais, de todos os modos, se adentram natural e legitimamente devido às conexões intrínsecas dos temas que investigam. A maioria dos historiadores contemporâneos de qualquer literatura nacional, por exemplo, ou da ciência ou de uma ciência em particular, reconhece em princípio – embora muitos todavia com demasiada renúncia – que as ideias derivadas dos sistemas filosóficos têm tido uma vasta e às vezes profunda e decisiva influência sobre a mente e os escritos dos autores cujas obras estudam; e se vem obrigados, portanto, a ocupar-se desses sistemas e expor essas ideias ante seus leitores. (LOVEJOY, 2000, p. 129; tradução nossa)

Segundo o modelo teórico de Lovejoy (2000, p. 128), analisar somente a lógica interna e o funcionamento de certa ideia não se mostram suficiente ao historiador. Como compreender a ideia de liberdade de Bartolo de Saxoferrato (1313-1357) sem entender o conceito sociológico de liberdade? A necessidade de observar os múltiplos mecanismos envolvidos na criação e na sobrevivência das ideias demonstra que o estudo das *ideias pelas ideias* não é suficiente e que a excessiva especialização que se operou na historiografia do século XX – o que François Dosse (1992) apontaria como uma *história em migalhas* – seria prejudicial para a compreensão das ideias em sua maior totalidade. Em sua obra de maior destaque – “A grande cadeia do ser” originalmente publicada em 1936 –, Lovejoy demonstrou que o método da História das Ideias parte da busca de ideias-unidade que transitam no interior dos pensadores de uma mesma corrente de corrente e que determinariam o pensamento daquele período. Ao tratar sobre a multiplicidade de ideias, Lovejoy afirma que “É nos ingredientes comuns lógicos ou pseudológicos ou afetivos por trás das dissimilaridades de superfície que o historiador das ideias individuais procurará penetrar.” (LOVEJOY, 2005, p. 14). Podemos observar, de certa forma, a influência do estudo sobre as permanências característicos da historiografia francesa da

segunda geração dos Annales na matriz metodológica de A. Lovejoy. É com base na lógica da busca pelos “ingredientes comuns” que ele estudou a ideia da Cadeia do Ser desde a antiguidade clássica até o oitocentos, demonstrando a ineficiência do quadripartismo para sua compreensão e a importância do contexto cultural e social para moldar as múltiplas facetas daquela ideia.

À medida que as ideias-unidade tenham sido dissecadas, o historiador precisa buscar suas expressões nas múltiplas províncias da história – tal como na arte, religião, filosofia, ciência, literatura ou política. Segundo ele, “[a ideia] precisa ser rastreada conjuntamente por meio de todas as fases da vida reflexiva do homem em que essas operações se manifestem” (LOVEJOY, 2005, p. 24). A produção de A. Lovejoy foi significativa para a História das Ideias na medida em que buscou reivindicar espaço para o campo nas décadas de 1930 e 1940. Seu mérito esteve na tentativa de tornar o estudo das ideias em um campo com validade institucional que fosse reconhecido como legítimo pelos pares. Contudo, a efetiva consolidação da História das Ideias somente ocorreria nas décadas de 1960/1970, tendo como importantes representantes os nomes de Quentin Skinner e J. G. Pocock.

A História das Ideias permaneceria reformulada na segunda metade do século XX, quando foram publicadas as obras de Quentin Skinner (1940-), cujas propostas se inserem no quadro de ascensão da Nova História e renascimento da História Política. Como efetivamente se analisa uma ideia historiograficamente? Como proceder diante de uma obra clássica? Com o intuito de responder a tais questionamentos, Q. Skinner buscou apresentar algumas balizas metodológicas em “Significado y Comprensión en la historia de las ideas” (2000) e em “As fundações do pensamento político moderno” (1996). Seus esforços estiveram direcionados a transcender as correntes tradicionais do estudo das ideias inauguradas com Lovejoy, propondo um novo modelo metodológico em “Significado y Comprensión en la historia de las ideas” (2000) e aplicando-o na renomada “As fundações do pensamento político moderno” (1996). Tratava-se de uma abordagem direcionada a compreender a relação existente entre as ideias e o contexto no qual ela foi produzida: o contextualismo linguístico.

[...] quais são os procedimentos adequados que se têm que adotar quando se tenta alcançar uma compreensão da obra? Existem logo duas respostas atualmente ortodoxas (embora conflitivas) à pergunta, e ambas parecem ter uma ampla aceitação. A primeira (que por caso seja cada vez mais adotada pelos historiadores das ideias) insiste em que o *contexto* “dos fatos religiosos, políticos e econômicos” determina o sentido de qualquer texto dado, e por isso deve proporcionar “o marco decisivo” para qualquer intento de compreendê-lo. A outra ortodoxia, em mudança (que quiçá seja todavia a de maior aceitação), insiste na autonomia do *texto* mesmo como a única chave necessária de seu sentido, e portanto deixa qualquer intento de reconstruir o

“contexto total” como “gratuito e inclusive algo pior”. (SKINNER, 2000, p. 149; tradução nossa)

Para Skinner (2000), descrever a economia interna de dada obra não se mostra suficiente para o historiador. Em “As fundações do pensamento político moderno” (1996), Skinner visou transcender o consagrado trabalho de Pierre Mesnard (“L’essor de la philosophie politique au XVI siècle”), considerado pelo autor como detentor de uma perspectiva tradicional sobre a História das Ideias. Distintamente da abordagem textualista de Mesnard, Skinner procura não se concentrar “[...] tão exclusivamente nos maiores teóricos, preferindo focar a matriz mais ampla, social e intelectual, de que nasceram suas obras.” (SKINNER, 1996, p. 10). Esse aspecto o difere substancialmente de A. Lovejoy na medida em que este privilegiou o estudo das ideias dos grandes pensadores. Estudiosos que foram frequentemente secundarizados aparecem agora como objeto de estudo da História das Ideias. Podemos identificar a influência dos trabalhos da nascente *História vista de Baixo* – a qual teve expressões mais expressivas no campo da História social e cultural – na reformulação teórica e metodológica proposta pelo autor de “As fundações do pensamento político moderno” (1996).

A metodologia proposta por Q. Skinner compreende a tentativa de averiguar a intenção do autor em escrever determinada obra, remetendo-se inevitavelmente ao contexto de produção. Assim, “Começo discutindo o que considero ser as características mais relevantes das sociedades nas quais e para as quais eles originalmente escreveram.” (SKINNER, 1996, p. 10). Deve-se reconstruir o contexto ideológico dos textos clássicos com o intuito de compreender o que determinado autor desejava dizer, nunca recaindo no determinismo geográfico ou temporal (SKINNER, 1996, p. 11). É com base nessa técnica que o historiador das ideias não cairia na mitologia de ver as *ideias pelas ideias* – ponto que havia aparecido ainda de forma prematura nos trabalhos inaugurais de Lovejoy.

[...] compreender as questões que um pensador formula, e o que ele faz com os conceitos a seu dispor, equivale a compreender algumas de suas intenções básicas ao escrever, e portanto implica esclarecer exatamente o que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer. Quando tentamos situar desse modo um texto em seu contexto adequado, não nos limitamos a fornecer um “quadro histórico” para nossa interpretação: ingressamos já no próprio ato de interpretar. (SKINNER, 1996, p. 13)

Influenciado pelo contextualismo de R. G. Collingwood (1972), Skinner reconheceu a importância de se analisar os interesses do autor através do estudo de seu universo linguístico. Skinner teve o objetivo de evidenciar que os autores clássicos não efetuaram um necessário diálogo, não competindo aos historiadores das ideias se deterem na contínua procura

de relações – consideração que distingue sua abordagem daquela anunciada por Lovejoy para a busca de ideias-unidade. Atribui-se ao historiador a tarefa de reconstruir o sentido histórico das ideias (LOPES, 2011). Para tal, a intencionalidade do escritor acaba sendo determinante. Dessa forma, “Para tentar reconstituir o sentido original de um texto político será preciso contrastá-lo com o contexto histórico em que foi produzido, procurando obter informações detalhadas acerca do grupo social do autor, a conjuntura em que escreveu sua obra, seus interesses [...]” (LOPES, 2011, p. 190). Compete ao historiador das ideias não se deter à superficialidade do texto, mas adentrar em sua essência. Foi com tais premissas epistemológicas que Q. Skinner teceria suas discussões teóricas em “Visões da política” (2002).

A defesa pela intencionalidade do autor também aparece na obra “Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes” (1999), na qual logo se anuncia que “Este livro examina a aspiração central da filosofia civil de Hobbes, a de transformar o estudo da teoria moral e política numa disciplina científica.” (SKINNER, 1999, p. 17). Embora tenha como objetivo analisar o pensamento de T. Hobbes, o autor não se limita ao clássico, empreendendo uma análise sobre o contexto intelectual dos séculos XVI e XVII ao abordar as ideias circulantes naquele período. Na obra, o autor ratifica que “A essência de meu método consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam *fazendo* ao escrevê-los.” (SKINNER, 1999, p. 22). Pode-se observar que a produção intelectual de Skinner esteve direcionada a demonstrar que a História das Ideias era uma disciplina problematizadora e que não repousava na mera descrição da lógica interna das obras clássicas.

Cabe-nos mencionar que Quentin Skinner foi um importante representante da chamada “Escola de Cambridge”, a qual também contou com as contribuições de J. G. Pocock. Ambos os autores, assim, compartilharam a defesa pelo estudo do contexto das ideias e repercutiram de forma significativa na consolidação de um campo próximo à História das Ideias: a História Intelectual (SILVA, 2009). É consensual que as formulações teórico-metodológicas de J. G. Pocock (1924-) foram múltiplas ao longo de sua longa carreira acadêmica (MONTANDON DE ARAÚJO, 2017). É interessante notar que tal diversidade revela que, assim como os pensadores contemplados pela História das Ideias tiveram suas ideias impactadas pelo contexto, o próprio historiador das ideias desenvolve seus estudos a partir das necessidades de seu próprio período histórico.

Pocock, cuja obra “Linguagens do Ideário Político” originalmente fora publicada em 2003, propõe-se a analisar os principais pensadores do século XVIII, relacionando as ideias com seu respectivo contexto. Ele apreendeu os discursos políticos proferidos pelos seus atores históricos, promovendo a reconstrução das linguagens políticas do século XVIII e tomando homens e mulheres enquanto seres pensantes. Para Pocock (2003, p. 11), a interpretação de um texto político jamais pode resignar-se a uma leitura vertical da obra. Deve-se situar o texto e a obra dentro de um conjunto mais amplo de “convenções” ou “questões paradigmáticas” a fim de que as questões sejam visualizadas pelo viés dos demais autores do período – uma comunidade de falantes de uma linguagem política (POCOCK, 2003, p. 11). A contextualização adquire um papel central em sua argumentação, em que os termos-chave da linguagem política constituiriam no objeto de estudo do historiador. Em “The Ancient Constitution and the Feudal Law” – sua primeira obra aclamada –, Pocock (2009) defenderia a relação entre ideia-contexto-linguagem que permearia a essência de seus trabalhos. Pode-se observar que este autor se detém com maior veemência na conexão entre contexto e linguagem, enquanto que Skinner se dedicou primeiramente ao estudo das intencionalidades presentes na linguagem.

Para Pocock (2009), a linguagem deve ser vista como uma ferramenta que dado discurso político usufruiu. Analisar os atos de fala, dessa forma, compreende uma etapa fundamental para o historiador das ideias. Assim, “Uma grande parte de nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando” (POCOCK, 2003, p. 33). Uma significativa aproximação com Q. Skinner estaria no argumento de Pocock sobre a necessidade de o historiador das ideias conectar as ideias do autor abordado com o repertório de sua época, acessando a linguagem que então era predominante.

Fundamental, portanto, num trabalho dessa natureza, é o esforço de decifrar a gramática mais profunda que se supõe estar nos textos estudados: seus termos básicos, as ocasiões típicas em que são empregados, o modo pelo qual se complementam, e se opõem e assim por diante. Quando se adota essa perspectiva, dificilmente o historiador pode se contentar com os grandes autores, os “clássicos”, pois o exame do maior número e variedade deles, supostamente situados num mesmo contexto, por diminuto que seja o fôlego intelectual de suas obras, é decisivo para conhecer aquela gramática. (POCOCK, 2003, p. 11)

“Linguagens do Ideário Político” (2003) constituiu uma compilação de um conjunto de ensaios de Pocock originalmente publicados entre os decênios de 1970 e 1980. A obra revela o amadurecimento dos estudos de Pocock, o qual ocorre em consonância com a decisiva retomada da História Política e a necessidade de compreender as relações de poder

além da esfera estatal. Nesse contexto, seus estudos relevam uma importante chave de leitura para o político na medida em que permitem ao historiador analisar as ideias políticas não somente através de documentos institucionais, mas também através das ideias de pensadores renomados e/ou marginalizados. A linguagem a ser analisada pelos historiadores das ideias agruparia e expressaria as demandas dos grupos políticos, sendo necessário decifrá-la para acessar as linguagens políticas dos atores sociais partícipes do jogo político. É com base nessa premissa que Pocock (2016) desenvolveria sua análise sobre a linguagem republicana presente no discurso de Maquiavel e compartilhada por outros pensadores do humanismo cívico do contexto renascentista.

É importante mencionar que a História das Ideias alcançou seu amadurecimento teórico e metodológico com as contribuições de J. G. Pocock e os demais historiadores da Escola de Cambridge – como John Dunn e o já citado Quentin Skinner. Sabemos, contudo, que o papel precursor de A. Lovejoy não poderia ser secundarizado na medida em que seus estudos foram determinantes para estabelecer a História das Ideias enquanto um campo legítimo de estudo – e reconhecido pelos pares, como observamos ao levantar as discussões de Michel de Certeau (1982). As propostas dos três estudiosos apresentados possuem aproximações e rupturas que buscamos mencionar brevemente. Contudo, ao invés de tentarmos delimitar quais metodologias seriam melhores ou mais apropriadas para o estudo das ideias, acreditamos que as considerações teóricas destes estudiosos possuíram significados que buscavam atender as expectativas de seus respectivos contextos. Nesse sentido, esse estudo sobre A. Lovejoy, Q. Skinner e P. G. Pocock teve o objetivo de analisar suas contribuições e abordar estes historiadores das ideias também como pensadores inseridos em seu contexto que expressaram ideias através da linguagem.

Até agora, tivemos como intuito reconstruir e problematizar as diferentes metodologias propostas pelos principais pesquisadores da História das Ideias, onde nossa Metateoria conferiu destaque às múltiplas formas de abordagem. Nesse ponto, gostaríamos de adentrar em âmbito brasileiro, traçando um breve panorama acerca da História das Ideias no Brasil.

História das ideias no brasil: reprodução ou “consumo”?

Quais as teorias e epistemologias empregues pelos historiadores das ideias brasileiros? Em nosso levantamento, duas tendências podem ser observadas na História das Ideias no Brasil: primeira e tradicionalmente, os pesquisadores apresentavam as ideias de cada autor de forma

isolada, acrescentando breves contextualizações; outros, por sua vez, agruparam os pensadores em “famílias intelectuais” construídas sobre determinadas correntes do pensamento – como as categorias liberalismo, positivismo, socialismo e fascismo (CARVALHO, 2000). É relevante mencionar que ambas as posturas revelam a influência das metodologias estrangeiras entre os estudiosos do Brasil: a tendência à contextualização dos pensadores – embora ainda efetuada sem a dedicação à linguagem – remeteria aos pressupostos da Escola de Cambridge, enquanto a tendência categorizadora já havia sido trabalhada por A. Lovejoy em suas observações sobre a busca pelas ideias-unidade. A visível aproximação das pesquisas brasileiras com os métodos estrangeiros foi alvo de múltiplos debates que questionam a autonomia e a originalidade dos pesquisadores do Brasil.

Partindo da definição do conceito de “consumo” de Michel de Certeau (1998) enquanto a contestação e manipulação de modelos impostos, poderíamos realizar uma breve reflexão: a História das Ideias no Brasil consiste na reprodução dos métodos estrangeiros ou no “consumo” de suas imposições? Em nossa análise Metateórica sobre a História das Ideias no Brasil, nos deparamos com a tendência dos estudiosos em empregar muitos dos mencionados pressupostos teóricos estrangeiros. José D’Assunção Barros (2007), em suas observações sobre a escrita da História das Ideias, mencionou a necessidade do diálogo interdepartamental semelhantemente ao modo como defendera Lovejoy. Seria a evidência de uma ausência crônica de originalidade, criatividade e nacionalismo? Para nós, não se trataria de uma reprodução rígida destes modelos, mas na retomada de teóricos consagrados cujos métodos também proporcionariam validade para pesquisas brasileiras no exterior. Retornamos, aqui, ao tema da relevância da legitimidade dos pares que mencionamos no começo do trabalho.

Apesar desse quadro de reprodução – alvo de críticas ainda no começo do século XX por nacionalistas como Manoel Bomfim (1868-1932) –, podemos evocar e problematizar os principais pesquisadores nacionais da História das Ideias. Em compilação de 1968 veiculada ao Senado Federal, Nelson Nogueira Saldanha (1933-2015) realizou uma exposição das principais ideias existentes no Brasil colonial, imperial e republicano. Possuindo formação em Direito e inserido no contexto da ditadura militar brasileira, o autor acrescentou que a História das Ideias possuiria um papel: “A responsabilidade de quem narra ideias é feita do dever de ser leal ao passado – que não pode retornar para explicar-se –, e do de ser fiel ao presente, que sempre quer ‘ver’ o passado como uma razão de ser de sua própria substância.” (SALDANHA, 2001, p. 27). Influenciado pela historiografia positivista que ainda predominava na produção histórica

do Brasil da década de 1960, Nelson Nogueira Saldanha defendia que o historiador possuiria uma responsabilidade com a neutralidade: “não trair suas próprias convicções, no aplicável à interpretação dos assuntos que trata, e não desnaturar o perfil dos assuntos, ao apresentá-los ou ao fazer-lhes a devida apreciação.” (SALDANHA, 2001, p. 27).

Impossibilitada de promover problematizações e estabelecer comparações, a História das Ideias escrita por Nelson Nogueira Saldanha estava em consonância com o clima intelectual de repressão ideológica estabelecido com o regime militar existente. Tratava-se, assim, de uma exaltação teleológica da jornada do Brasil: “E ninguém se furtará, em escrevendo uma história de ideais ou de discussões, a dizer que trabalha em prol da pátria” (SALDANHA, 2001, p. 28). Importante mencionar, ademais, que a escrita da História das Ideias no Brasil defendida pelo autor desconsiderava o papel dos pensadores “subalternos” que marcaram diversas correntes de pensamento do país, como os partícipes do sindicalismo e do operariado. A seleção de autores, portanto, foi realizada a partir das grandes correntes filosóficas que influenciaram a vida política dos períodos colonial, monárquico e republicano, desconsiderando os pensadores vistos como de “menor prestígio”. Alheio aos avanços que se operavam na História da Ideias nos anos 1960, Nelson Nogueira Saldanha (2001) estava comprometido com os ideais patrióticos propagados por um regime militar que ditava não somente a escrita da História, mas as demais ciências que se desenvolviam no Brasil. Não se tratava de uma história problematizadora, mas que se dedica a categorizar os pensadores em rígidas correntes filosóficas. Um significativo marco para esse campo no Brasil somente ocorreria na passagem dos séculos XX e XXI com a influência dos pressupostos da Escola de Cambridge nas academias brasileiras.

Em artigo publicado em 2000, José Murilo de Carvalho se dedicou a dissertar sobre os métodos para a escrita da História das Ideias no Brasil. Sua sugestão consistia em analisar os elementos da retórica que permitissem compreender as ideias mediante seus próprios elementos de constituição. Compreendida como a arte da eloquência e da fala, o estudo da retórica seria fundamental para o historiador das ideias que desejasse acessar o pensamento de determinado autor. É importante mencionar que essa defesa pelo estudo da retórica releva a aproximação do modelo teórico de José Murilo de Carvalho (2000) com o contextualismo linguístico da Escola de Cambridge expressos por Q. Skinner e J. G. Pocock. A reprodução do pressuposto sobre o papel da linguagem revela a influência da produção estrangeira no Brasil: assim como Skinner e Pocock contemplaram a linguagem como *atos*, José Murilo de Carvalho (2000) observou que os historiadores das ideias no Brasil necessitariam compreender os elementos da retórica para

entender os pensadores – marginais ou não – que marcaram a trajetória do país. Afinal, as ideias que circularam no Brasil foram redigidas e divulgadas através desse recurso.

Se os indícios da existência no Brasil, ou em qualquer outro país, de uma cultura marcada pela retórica são verdadeiros, então o protocolo de leitura fornecido pela forma retórica de argumentação deveria ter utilidade na decifração dos textos produzidos dentro dessa cultura.” (CARVALHO, 2000, p. 138).

As recomendações teóricas de José Murilo de Carvalho (2009) podem ser observadas em aplicação nos seus estudos sobre o pensamento republicano e sobre a ideia de República, nos quais o autor se dedicou a estudar a retórica e outros elementos linguísticos que permitissem acessar as minúcias do pensamento brasileiro. Suas análises sobre a retórica lhe permitiriam escrever não somente sobre as ideias, mas também reconstruir imaginários e mentalidades. Seus livros de maior renome – “Os Bestializados” e “A formação das almas” – expressam de forma explícita a proficiência da retórica para os estudos históricos no Brasil.

Outro estudioso que se dedicou à História das Ideias no Brasil foi o historiador Francisco Falcon (1997). Empreendendo um retrospecto acerca da constituição da História das Ideias, o autor evidencia que tal domínio “[...] teve contra si dois grandes adversários: a tradição marxista e a historiografia francesa dos *Annales*.” (FALCON, 1997, p. 140). Seria a historiografia italiana e anglo-saxã que tomaria as ideias enquanto um domínio da História. E seria o diálogo com a linguística o responsável por modificar o panorama tradicional das análises da História das Ideias nas décadas de 1960 e 1970. Embora não seja um historiador das ideias, Francisco Falcon (1997) – assim como o já mencionado José D’Assunção Barros (2007) – possuiu um papel relevante para esse campo na medida em que discorreu didaticamente sobre os métodos de pesquisa para o estudo de ideias e pensadores. A sugestão teórica dada pelo autor apontava para os caminhos metodológicos trilhados pela Escola de Cambridge: Francisco Falcon (1997) frisou as contribuições de uma análise intertextual e contextualizada para a escrita da História das Ideias no Brasil. Podemos perceber sua tentativa de instigar estudos aprofundados para esse campo que, apesar de ainda prematuro no Brasil, possuiria grandes potencialidades para a compreensão do seu passado.

Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi de discorrer, de forma sucinta, sobre a trajetória da História das Ideias no decorrer do século XX. Além de apresentar autores de relevância teórica para o campo – A. Lovejoy, Q. Skinner e J. G. Pocock – o texto buscou estabelecer conexões

entre os seus modelos teóricos, expondo aproximações e rupturas. Assim como os pensadores por eles analisados foram abordados em consonância com seus respectivos contextos, tentamos analisar a produção de Lovejoy, Skinner e Pocock a partir das demandas da historiografia das décadas de 1940, 1960 e 1970. Ao debatermos suas propostas metodológicas, foi inevitável nossa breve menção à reprodução de alguns de seus pressupostos na historiografia das ideias brasileira – que ainda se encontra em florescimento. Nosso estudo se caracterizou como uma Metateoria na medida em que buscou analisar as principais teorias que conduziram a escrita da História das Ideias.

Apesar das dificuldades impostas sobre a ciência brasileira, o contínuo e árduo trabalho do historiador das ideias é fundamental para a sociedade. As ideias estão presentes em todas as ações humanas, precedendo-as e também as fundamentando. Como ressaltaram os historiadores dos Annales, a História é a ciência que analisa o homem no tempo; nós acrescentaríamos que analisar o homem também exige problematizar uma de suas partes constituintes: as ideias.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José D'Assunção. História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n. 01, 2007, p. 199-209.
- BAUMER, F. *O pensamento Europeu Moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 01, 2000, p. 123-152.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- COLLINGWOOD, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- DILTHEY, W. *Os tipos de Concepção do mundo*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. Dos Annales à Nova História. Campinas: Editora UNICAMP, 1992.

- FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LOPES, Marco Antônio. Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 123, 2011, p. 177-195.
- LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser*. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.
- LOVEJOY, Arthur O. Reflexiones sobre la historia de las ideas. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 40, 2000, p. 127-141.
- MARTI-LAHERA, Yohannis. ¿Teoría o metateoría? En el dominio usuario. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 03, 2004, p. 50-60.
- MONTANDON DE ARAÚJO, Pedro H. B. Pocock e a historiografia como linguagem política. *Resgate – Rev. Interdiscip. Cult.*, Campinas, v. 25, n. 01, jan./jun. 2017, p. 275-294.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.
- POCOCK, J. G. *The Ancient Constitution and the Feudal Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- POCOCK, J. G. *The Machiavellian Moment*. Princeton: Princeton University Press, 2016.
- SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 17, n. 34, out. 2009, p. 301-318.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SKINNER, Quentin. *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SKINNER, Quentin. Significado y Comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 4, 2000, p. 149-191.
- SKINNER, Quentin. *Visões da política*. Sobre os métodos históricos. Algés: DIFEL, 2002.